Professor quer extra por trabalho on-line
Fábio Takahashi e Talita Bedinelli

Remuneração por novos mecanismos, como blogs e Twitter, é a principal reivindicação na campanha salarial da rede particular em SP

Docentes dizem que tempo dedicado fora da sala de aula, antes restrito a preparação e correção, dobrou nos últimos anos com essas ferramentas

O trabalho da professora Lígia não se resume mais a aulas, correção de trabalho e aplicação de prova no curso de publicidade. Com a adoção de sistemas eletrônicos de aprendizagem em faculdades e colégios, agora ela tem de criar conteúdo exclusivo para os alunos seguirem na internet, publicar todas as aulas e tirar dúvidas on-line.

"Fico em contato com alunos até a meia-noite por meio dessas ferramentas. Sem ganhar nada pelo trabalho extra", diz ela, docente da Universidade Mackenzie; ela prefere não ter o nome verdadeiro divulgado.

A remuneração pelo trabalho de alimentar os novos mecanismos tecnológicos utilizados na educação (blogs, Twitter e plataformas como Moodle, em que o aluno acessa conteúdos via internet e conversa on-line com professores) é a principal reivindicação dos docentes da rede particular na campanha salarial deste ano em São Paulo.

Professores ouvidos pela reportagem dizem que o tempo extraclasse exigido dobrou nos últimos anos devido à introdução das novas ferramentas. Antes, eles apenas preparavam as aulas e corrigiam trabalhos e provas - atividades mantidas.

"Essa forma de aproximação com os alunos, por meio da tecnologia, é fundamental. Mas o professor deve ser remunerado", diz o presidente da Fepesp (federação dos docentes da rede privada), Celso Napolitano.

A proposta da entidade é que os professores, tanto do ensino básico quanto do superior, ganhem hora extra por conta dessas atividades ou tenham um tempo na jornada de trabalho específico para esse fim.

A convenção atual da categoria prevê acréscimo de 5% no salário docente para atividades extraclasse, como preparação de aulas ou correção de trabalhos. Mas não abrange a dedicação aos novos sistemas.

Professores e escolas começaram a negociar nesta semana a reivindicação. Ainda não há definição sobre esse ponto nem para o pedido de reajuste salarial acima da inflação.

A média de remuneração na rede privada no Estado é de R$ 1.820 (no ensino médio) e R$ 2.615 (no ensino superior) - os valores, porém, são muito divergentes no sistema; alguns colégios tops pagam mais de cinco vezes esses valores; outros, bem menos que a média.

"As escolas afirmam que não é obrigatório o uso das ferramentas. Mas isso é considerado na hora de definir se o professor ficará no próximo ano", diz um docente do colégio Rio Branco.

Optativo

A diretora do Rio Branco, Esther Carvalho, diz que as ferramentas são, de fato, optativas. "Mas quem não sabe o que são está fora de seu tempo."

Aluno do colégio Bandeirantes, um dos pioneiros da utilização das tecnologias, Leonardo Maçan, 13, diz serem indispensáveis os meios virtuais. Ele conversa diariamente com professores por e-mail. "Seria chato ter de esperar pela resposta."

Reprodução deste artigo exclusiva para fins educacionais

Já o colega Dimitri Scripnic, 12, elogia uma plataforma virtual na qual os professores publicam o conteúdo da aula dada no dia. "É mais fácil do que anotar no caderno. E ajuda para se organizar para as provas."

O Semesp (sindicato das universidades particulares de SP), o Sieeesp (sindicato das escolas básicas privadas do Estado) e o Instituto Mackenzie não se manifestaram sobre o assunto.

Fonte: Folha de S.Paulo, São Paulo, 9 fev. 2010, Cotidiano, p. C1.

A utilização deste artigo é exclusiva para fins educacionais